

# FMI QUER DADOS MAIS CONCRETOS

A missão econômica enviada pelo governo Sarney retornou ontem ao Brasil, depois de ter conversado, durante um dia e meio, com técnicos do Fundo Monetário Internacional. Uma fonte da instituição disse que a conversa foi muito preliminar.

O ministro da Fazenda, Dílson Funaro, que esteve em Washington no princípio da semana para iniciar os contactos com o FMI, havia dito que o objetivo da missão — liderada por João Batista de Abreu, o secretário-geral da Fazenda, que chegou aqui na quarta-feira — era apresentar o orçamento consolidado ao Fundo Monetário e resolver questões metodológicas.

“Mas o govno brasileiro só tem os grandes números”, disse uma fonte. “Faltam os pormenores.”

O orçamento de 1986 das estatais e dos órgãos com vida autônoma não está pronto, explicou. Assim não é possível saber exatamente quais são as alternativas do governo. Disse que as estatais têm até o dia 10 de outubro para entregar seu orçamento à Sest.

Quanto ao orçamento monetário, não há praticamente nada para 1986, afirmou. Há “estimativas

frouxas” sobre o lançamento de títulos do governo.

“Falta muito trabalho ainda”, disse a fonte, salientando, entretanto, que a intenção governamental de consolidar os orçamentos é muito importante.

Notou-se no FMI a curiosidade dos membros da missão sobre o processo de *suverillance* (supervisão) que a instituição exercerá sobre o programa de ajuste de outros países em vias de formalizar acordos plurianuais com os credores.

Observando que esta não é a hora de condenar o governo do México, diante do devastador terremoto que sofreu, fontes do mercado financeiro observaram, contudo, que o país simplesmente abandonou seu programa de ajustamento desde o final do ano passado.

O governo nem sequer chegou a pedir o *waiver* (dispensa do cumprimento) ao FMI. Para consegui-lo, de qualquer modo, teria de demonstrar séria disposição de cumprir as metas de setembro e dezembro e sabia que não poderia fazer isso, tendo em vista a gravidade dos desvios.

Não tendo solicitado e obtido o *waiver* para junho, o México não

pode pedir o desembolso da parcela de agosto que lhe cabia do empréstimo do FMI. Os desembolsos da instituição para o país estão suspensos e o programa de três anos, que terminaria em 31 de dezembro, não é “mais operacional”, na terminologia do FMI. O México teria ainda mais de US\$ 900 milhões para receber até o fim do ano.

Parte dos desvios foi causada pelos extravagantes gastos do governo na última campanha eleitoral e pela perda da receita do petróleo. O México, como se recorda, demorou para reduzir os preços do petróleo, perdendo clientes e cerca de US\$ 2 bilhões de receita, nos cálculos de alguns grandes bancos norte-americanos.

Alguns suspeitam que o desinteresse do México em continuar cumprindo um programa — que seguiu com grande sacrifício e coragem nos dois primeiros anos — resultou do mau exemplo dado pelo Brasil e da tolerância com que o Fundo pareceu aceitar alguns de seus graves desvios até o final de 1984.

**A.M. Pimenta Neves,  
de Washington.**